

PT rejeita *impeachment* de Collor

Os membros Diretório Nacional do PT rejeitaram as propostas de **impeachment** do presidente da República e de antecipação do plebiscito sobre sistema de governo. A resolução aprovada na reunião do DN fixa a disputa em torno do calendário eleitoral e de embates contra o Emendão e as privatizações. **Página 3**

Porque tentaram matar Gumercindo



O sindicalista acreano Gumercindo Rodrigues conta o atentado que sofreu no Acre e desmente a versão de "crime passionnal" encontrada pela polícia. **Página 11**

O 4º Concut em debate

Cyro Garcia, Gilmar Carneiro e Durval de Carvalho discutem as brigas e os saldos do 4º Congresso Nacional da CUT e avaliam sua repercussão no 1º Congresso do PT. **Páginas 8, 9 e 10.**



AGENCIA FOLHA/CÉSAR TIBÉRIE

DN aprova parlamentarismo

O Diretório Nacional do PT aprovou posição indicativa a favor do parlamentarismo em sua reunião de 13 e 14 de outubro. A resolução será submetida ao 1º Congresso e, posteriormente, ao referendo de um plebiscito junto aos filiados. O debate sobre sistema de governo está na **página 5.**

Os petistas comentam o 1º Congresso

Faltando cerca de um mês para nosso 1º Congresso, já é possível fazer um balanço do seu processo de preparação e colocar as expectativas na mesa. Tatau Godinho, Claus Germer, Valério Arcary, Jonas Paulo e Ricardo Azevedo apontam acertos, erros e esperanças na **página 6.**

Fazendeiros
contrabandeiam
armas no
Paraná
página 13

Estudantes

A atuação do PT no 41º Congresso da UNE demonstrou um grande avanço no sentido de unificar o partido no movimento. Porém a atuação da Convergência Socialista nos deixou claro seu objetivo de desestruturar e de disputar com o partido, de forma oportunista, anti-ética e golpista. Atacou o PT durante todo o congresso e inviabilizou a plenária dos petistas. Achamos inadiável uma posição e postura rígida e concreta da Direção Nacional a este respeito.

**Hamilton Marcos Guedes,
José Evaldo Gonçalo,
Reinaldo Sales Magalhães**
Viçosa-MG

Perguntar não ofende

O programa do PT na TV foi tão inquietante que, perplexas, perguntamos:

- as crianças não têm direitos? as crianças devem repetir os discursos dos adultos? as crianças não têm identidade própria?

- família por que? família para preservar o quê? o que é família para o PT? No partido, a família é para preservar o quê? O PT é uma grande família que pretende preservar o quê?

- o único lugar da mulher é na cozinha? Trabalhar fora para as mulheres, segundo o PT, é cozinhar e lavar roupa ao ar livre? no acampamento? O marido é que fala pela mulher? Para falar no programa do PT mulher tem que ter marido, ou já ter tido? As mulheres têm idéias próprias?

- Que "família vai mudar o Brasil"? Saudações petistas, na esperança de que essas idéias velhas, conservadoras e autoritárias sobre as mulheres, as crianças e a família possam um dia, mas que seja logo, mudar por outras radicalmente libertárias e revolucionárias.

**Eleonora Menicucci de
Oliveira, Maria Luiza da Costa,
Maria Otília Bocchini, Vera
Soares, e outras que se sentem
parte desta perplexidade.**

Uma Ausência Sentida

O PT tem uma vocação jovem. Além de ser um partido novo do ponto de vista etário e de ter a maior parte de seus filiados na condição de jovens, o PT aponta para a construção democrática, plural, que valorize a sociedade entre as pessoas, que supere o modo de produção baseado na dicotomia entre explorados e exploradores, isto é, uma sociedade socialista, uma soci-

idade jovem.

A ausência de temas e discussões ligadas a juventude e aos movimentos juvenis no programa nacional de Rádio e TV, veiculado no dia 19 de setembro, demonstra o total desprezo do partido a esse importantíssimo segmento social, bem como sua incapacidade de compreender o papel da juventude na construção do socialismo brasileiro. Esse desinteresse perpassa entre outros exemplo na relação que a direção do PT estabelece com os dirigentes petistas dos movimentos estudantis universitários e secundaristas.

Mesmo com a possibilidade de se realizar encontros de juventude ao 1º Congresso, o que é um avanço, o PT não se deu conta que uma parcela significativa da população é formada de jovens e que 13% destes, se pudessem, deixariam o país. que milhões de jovens são marginalizados culturalmente, politicamente e sobretudo, do ponto de vista educacional.

O PT tem que entender que é essa juventude o setor com mais condições de criar e construir novos valores, uma nova ética e esses são, sem dúvida, pressupostos para realizarmos nossa utopia - o socialismo.

Apesar de termos que relativizar o peso dos movimentos juvenis entre eles o estudantil, nas lutas sociais, devido a crise que atravessa (o PT e seus militantes também são co-responsáveis) e, não obstante, o programa veiculado pelo PT ter sido de ótima qualidade e boa repercussão social, queremos registrar que não basta incluir a juventude no chamado que o manifesto do 1º Congresso faz.

Roberto Brederode
Vice-presidente da UNE

Romper a inércia

Companheiro Gilberto Carvalho, Gostei e achei muito oportuna a matéria de sua autoria no BN nº 56 (julho/91). Tirei várias cópias xerox dela e distribui por aqui.

A preocupação com a participação dos militantes justifica até o lançamento de um movimento interno no partido - conforme suas palavras: "um esforço de ruptura da inércia" - de conclamação a posições e atitudes mais decididas e libertárias pela militância se isso ocorrer, considere-me desde já seu integrante). Quanto a "torrar menos energia nas disputas pelos aparelhos", isso não depende das pessoas, mas do sistema: só ocorrerá mesmo quando esses aparelhos deixarem de existir como existem hoje, e com os mecanismos utilizados para constitui-los. Como você bem apontou, "temos que reconhecer que na fundação mesma de nosso partido está a insuficiência que hoje se traduz numa prática autoritária, de fóruns oficiosos de deliberação, de burocratismo, para citar apenas alguns".

Saudações democráticas,

Aluisio Lemos
Rio de Janeiro- RJ

Carro de som

Saímos do V Encontro Municipal do PT de Augusto Severo (RN) com uma convicção: nossa estrutura de comunicação é muito frágil e não está correspondendo ao crescimento político que estamos tendo.

Para superar essa debilidade, estamos lançando um informativo local, com espaço para todas as organizações dos trabalhadores. Decidimos também fazer uma campanha para a aquisição de um carro de som, um dos instrumentos de comunicação mais eficientes para a realidade do nosso município.

O PT de Augusto Severo passa por dificuldades financeiras, mas acreditamos na união e solidariedade dos petistas e amigos que lutam por um mundo justo e fraterno. Aguardamos a contribuição de todos, em nome do Diretório Municipal do PT, conta nº 7.692-9, Banco do Brasil, agência Augusto Severo-00.000.000/1229-71.

**Ronaldo Valência, presidente
DM, e Hildebrando Neres da
Rocha, Secretário de Finanças**

ASSINE O BN

Para fazer sua assinatura basta enviar este cupom,
com seu nome e endereço, e um cheque nominal
ao Partido dos Trabalhadores
Rua Conselheiro Nébias, 1052
CEP 01203 - São Paulo/SP, Boletim Nacional

12 edições Cr\$ 4.400,00

Nome _____

Endereço _____

Cidade _____

CEP _____ Estado _____

BOLETIM NACIONAL

OUTUBRO/91 - Nº 59

O Boletim Nacional é uma publicação mensal da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores. Rua Conselheiro Nébias, 1052 CEP 01203 - São Paulo/SP Fones (011) 223.7999/7904 ou 222.2956/2875/6986

Secretário de Comunicação

João Machado

Secretário Adjunto

Markus Sokol

Jornalista Responsável

Cintia Campos - MTB-BA 1394

Colaboradores

Marília Boscheto, Márcio Araújo (Brasília)

Editoração Eletrônica

Caco Bisol

Fotolito e Impressão

Artes Gráficas Guarú Ltda.

Chega de saudade

Em 1991, já não dá pra "acreditar que uma palavra de ordem seja capaz de mudar a realidade". Esse é o recado do Diretório Nacional do PT, implícito na resolução "A Transição e a Crise", aprovada em sua última reunião, dias 13 e 14 de outubro. O DN, por maioria de seus membros, rejeitou a proposta de luta pelo **impeachment**- impedimento- de Collor e pela antecipação do plebiscito sobre sistema de governo para 1992. A resolução aprovada fixa a disputa em torno do calendário eleitoral, com eleições municipais em 92, revisão constitucional em 93 e eleições estaduais e presidencial em 94.

"O que o PT precisa é de um plano de ação que leve em conta as lutas que estão colocadas na sociedade, como a oposição ao emendão e às privatizações", acredita o deputado



Foto Roberto Parizotti

Sokol: "O PT está passivo e expectante"

José Dirceu, secretário geral do partido e relator do documento sobre "Conjuntura e Tática" aprovado na reunião.

Aos que propunham a antecipação do calendário eleitoral, Dirceu recomenda uma análise mais cuidadosa e realista do "arco de alianças possível", da correlação de forças e do nível de mobilização popular. "O momento é ruim para a esquerda. Ou a gente tem um projeto alternativo ou não vai conseguir trazer o povo de volta às ruas, só com bandeiras mágicas".

"Efeito Mitsubishi"

Para o deputado federal Jacques Wagner (PT-BA), presente à discussão, o Diretório Nacional caiu vítima do efeito Mitsubishi: "Essa resolução é a garantia total da institucionalidade até 94". "O DN optou pela



Foto AD&G

Zé Dirceu quer o fim do saudosismo e das "bandeiras mágicas".

posição passiva e expectante", completa Markus Sokol, membro da Executiva Nacional, defensor da tese de luta pelo **impeachment**. "Não há saída para a crise com Collor no governo".

Sokol acredita que uma iniciativa da bancada federal petista propondo a destituição do presidente da República através de uma emenda de iniciativa popular, seguida da convocação de eleições gerais, credenciaria o PT como alternativa de governo. Apesar do "aparente radicalismo", a proposta derrotada no DN é "muito mais institucional" que a resolução votada pela maioria, afirma José Dirceu. "Com um defeito: antecipa a disputa para ser travada nas piores condições, já que a crise dificulta a mobilização popular".

Aprovada com o voto de uma "maioria silenciosa" - sem um debate mais aprofundado, segundo o deputado federal e membro da Executiva



Arquivo BH

A antecipação do plebiscito sobre parlamentarismo X presidencialismo foi defendida no DN por Raul Pont

Nacional Raul Pont (PT-RS), a resolução do DN "não coloca o PT na ofensiva". Pont defendia a antecipação do plebiscito sobre sistema de governo, "mesmo com os riscos" que essa antecipação acarretaria. "O PT deve defender a antecipação para 1992, como propõe o senador José Richa (PSDB-PR), desdobrando-a de forma mais ofensiva, afirmando que queremos não só retirar o mais rápido possível os poderes imperiais de Collor. É preciso que assumamos a vanguarda da luta por eleições ge-

rais, às quais condicionamos nosso apoio ao plebiscito".

Crise de direção

Retomar a ofensiva, voltar às ruas, credenciar-se como principal força de oposição. Essas urgências inspiraram tanto a resolução aprovada quanto as teses derrotadas na reunião do DN. Resta saber se a posição majoritária conseguirá unificar o partido e reconduzi-lo à mobilização. "Na verdade, a imobilidade do partido se dá mais por uma crise de direção que por falta de propostas", avalia José Dirceu. "Temos sido irresponsáveis na elaboração política. Mas é preciso acabar com o saudosismo, a fixação num tempo que não volta, onde só a mobilização reivindicatória dava o tom da nossa ação".

Dirceu acredita que a criticada "imobilidade" do PT no campo reivindicatório-prejudicado pela crise- deve ser relativizada pela presença social do partido. "E enquanto não tivermos uma proposta de reforma do Estado e da sociedade, vamos continuar patinando. Temos que sair para a rua para disputa de projetos".

Resoluções do Diretório Nacional

Além da resolução "A Transição e a Crise", que integra a preparação e os debates do 1º Congresso, a reunião do Diretório Nacional aprovou uma posição indicativa a favor do parlamentarismo e a realização de um plebiscito sobre sistema de governo, a ser realizado entre todos os filiados (veja na página 5).

No debate sobre conjuntura, foram propostas diversas emendas à proposta original do documento "A Transição e a Crise". Entre elas se destacam a proposta de **impeachment** do presidente da República- levantada anteriormente pelos deputados Hélio Bicudo e Aloizio Mercadante- e a de antecipação do plebiscito sobre sistema

de governo. As duas propostas foram derrotadas pela maioria dos membros do DN.

Outras decisões:

-Facultar aos estados a realização de novos encontros nos municípios e zonais onde não houve quórum, no prazo de 26 e 27 de outubro.

-Facultar às executivas o adiamento dos encontros estaduais.

-Permitir aos filiados que participaram de encontros setoriais sem quórum a participação nos novos encontros zonais ou municipais.

-Permitir que os delegados eleitos diretamente ao 1º Congresso sejam credenciados como observadores aos encontros estaduais.

Picadinho em banho-maria

A transformação do Emendão num picadinho de cinco emendas foi uma vitória política importante para o PT. A idéia do desmembramento partiu do líder na Câmara dos Deputados, José Genoíno. Era o primeiro passo na estratégia de protelar a votação e tentar inviabilizar o emendão- não só por ser conservador, mas por pretender ser uma verdadeira reforma constitucional, prevista na Carta só para 1993.

O deputado Hélio Bicudo propôs na Comissão de Constituição e Justiça que o emendão fosse dividido em dez diferentes emendas, correspon-

dente à natureza de seu conteúdo. Ao longo do processo de negociação, a última proposta do PT foi desmembrado em seis. No fim, prevaleceu a divisão em cinco emendas: ajuste fiscal, abertura da economia, advocatória do STF, comercialização dos derivados do sangue e serviço público e universidade. Governistas sussurram pelos corredores do Congresso que Collor está interessado a penas na urgência das emendas prevendo o reajuste fiscal e a abertura da economia, necessárias para o cumprimento do acordo do governo com o FMI.

O estágio seguinte na tramitação é

a decisão pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara sobre a admissibilidade de novas emendas em processos distintos para cada uma.

Ocorre que, além do acúmulo de outras tarefas na Comissão, há cerca de 40 propostas de emendas à Constituição aguardando decisão sobre admissibilidade. O PT exige que o exame das emendas aconteça pela ordem de entrada, sem privilégio para as do governo. Nos momentos posteriores, a Bancada do PT, juntamente com as outras bancadas oposicionistas, adotará novas medidas

táticas para forçar o adiamento das votações do emendão.

Já se anuncia, entretanto, uma nova manobra de Collor para acelerar a votação das suas emendas: a convocação do Congresso durante o recesso do final de ano para deliberar especificamente sobre o assunto. Líderes do governo pensam até numa alteração do Regimento Interno que permita a tramitação simultânea das emendas no Senado e na Câmara. De qualquer forma, o líder do PT está confiante que este ano as "emendinhas" resultantes do emendão não serão votadas.

Bancada fiscaliza orçamento

O PT partiu para o enfrentamento do "esquema" da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional. O presidente desta comissão, deputado João Alves(PFL-BA), especializou-se em manobrar o orçamento em benefício próprio e de parlamentares ligados a ele. O senador Suplicy, ao examinar as emendas apresentadas ao projeto de Orçamento 92, descobriu maracutaias de Alves e as denunciou. Flagrado com a mão na massa, João Alves chegou a ameaçar de morte o nosso senador. Inconformados com a sucessão de baixarias protagonizadas por Alves, o líder do PT, José Genoíno, e o líder em exercício do PSDB, Paulo Hartung, requereram a destituição do pefelista por práticas clientelistas e falta de decoro parlamentar.

A principal atribuição do Congresso reconquistada na Constituição de 1988 é o poder de decisão sobre o orçamento da União- que define todas as obras e despesas do governo federal em todo o país. Anualmente, o Legislativo vota a proposta de orçamento do Executivo referente ao ano seguinte, podendo modificá-la através de emendas. Essa importante prerrogativa, porém, acabou por estimular os apetites fisiológicos de boa parte dos parlamentares, e o orçamento tornou-se alvo este ano de 75 mil emendas, muitas delas sem obedecer critérios mínimos. A votação final do orçamento deverá ocorrer no início de novembro.

A proposta orçamentária deve seguir parâmetros estabelecidos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias-

LDO- votada com seis meses de antecedência. Muitas dessas diretrizes não foram seguidas pelo governo, motivando numerosas emendas corretivas, como as 160 apresentadas pelo PT para discriminar verbas de seguridade social por regiões.

Prioridades

Representam o PT na Comissão Mista de Orçamento- que, antes do plenário do Congresso discute a proposta, recebe e vota as emendas- o senador Eduardo Suplicy(SP) e os deputados Eduardo Jorge(SP), Irma Passoni(SP), João Paulo(MG), Alcides Modesto(BA), Aloizio Mercadante(SP) e José Dirceu(SP). Os 35 deputados e o senador petista apresentaram mais de 400 emendas, priorizando a saúde, educação, ciência e tecnologia, além de outras destinando recursos para obras em municípios administrados pelo partido.

Nossa bancada situou-se no centro das polêmicas na questão orçamentária. Defendemos, por exemplo, em lugar das verbas monumentais para a construção de CIACs, a destinação de parte desses recursos para outros setores da Educação- discriminados com parcela insuficiente para manutenção de escolas- e parate para a manutenção dos próprios CIACs, cujo funcionamento estava ameaçado pela ausência dessas verbas na proposta do governo. A Bancada petista propôs, ainda, a transferência de recursos alocados pelo governo para a Secretaria de Assuntos Estratégicos- sucedâneo do SNI- para investimentos em ciência e tecnologia.

Nova lei para Educação

A Constituição 88 prevê uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- a LDB. Nos últimos anos foram apresentados vários projetos de LDB, inclusive pelo PT. Esses projetos foram unificados no substitutivo da Comissão de Educação da Câmara, após amplo debate com a sociedade civil. Agora, o projeto está pronto para ir ao plenário, mas o governo reluta em permitir a votação. Assim, é necessária forte pressão social capaz de forçar a decisão imediata. A nova LDB representa um considerável avanço na democratização, gratuidade, melhoria na qualidade de ensino e na alocação de recursos para a Educação.

PT contra privatização da Usiminas

A Bancada federal do PT tem se posicionado no Congresso e em atos públicos contra o Plano Nacional de Desestatização e contra a privatização da Usiminas a preço de banana. A ação contra a privatização começou com uma representação à Procuradoria Geral da República, apresentada pelo deputado João Paulo(PT-MG), apontando ilegalidades no processo. A Bancada petista votou a favor do projeto- derrotado de decreto legislativo sustando o leilão da empresa. Em seguida, a Bancada recorreu ao Supremo Tribunal Federal com ação de inconstitucio-

nalidade, visando excluir as chamadas "moedas podres" na aquisição da Usiminas. Na última disputa sobre essa questão no Congresso, o PT posicionou-se contra a Medida Provisória 299, que estabelece as moedas aceitas nos bens privatizáveis.

De olho na Previdência

A Bancada Federal do PT entrou com uma ação de inconstitucionalidade contra o presidente da República e o ministro do Trabalho e Previdência Social, Antonio Rogério Magri, em que aponta a omissão do governo em não regulamentar no prazo legal as leis que instituíram os planos de benefícios e custeios da Previdência. A omissão consciente do governo vem causando prejuízos aos pensionistas e aposentados, que ficaram com seus benefícios defasados, reajustados em apenas 56,6%, enquanto as contribuições previdenciárias foram corrigidas em 147,6%. O PT entrou com mandado de segurança visando assegurar aos aposentados e pensionistas os 147,6% de reajuste.

Amazônia

Será nos dias 15, 16 e 17 de novembro, em Manaus, o seminário "Amazônia- Desenvolvimento e Meio Ambiente", promovido pelo PT. O evento contará com a participação do presidente nacional do partido, Luiz Inácio Lula da Silva, autoridades e técnicos, e está sendo preparado pelo núcleo da Bancada Federal responsável pelas questões de meio ambiente.

Márcio Araújo, de Brasília

Parlamentarismo X Presidencialismo

O Diretório Nacional do PT aprovou, em sua reunião dos dias 13 e 14 de outubro, resolução favorável ao parlamentarismo. A posição do DN é indicativa- quer dizer, será submetida ao I Congresso do PT e, posteriormente, ao referendo da base partidária, através de um plebiscito interno. O debate, portanto, continua. A seguir, as opiniões de Ronald Rocha e José Genoíno, parlamentaristas, e Sandra Starling e Jorge Almeida, presidencialistas, que refletem o debate travado durante a reunião do DN.

Chica da Silva era parlamentarista

A discussão sobre o sistema de governo que o PT defende para o Brasil está se tornando um verdadeiro samba do crioulo doido. Pouco a pouco a tese do parlamentarismo ganha ares de coisa oficial no PT. Apesar da confusão de conceitos, da falta de explicação dos mecanismos de funcionamento do governo no "parlamentarismo-petista" e da superficialidade da discussão sobre as condições reais em que este modelo poderia vir a ser implantado no país. E mais: o partido vai modificando sua posição, sem que a discussão sobre o tema flua entre seus filiados, e sequer faça autocrítica pública da posição assumida na Constituinte, quando, então, votou pelo presidencialismo.

Mas seria o caso de fazermos autocrítica de nosso voto na Constituinte? Não! É bom lembrar que os grandes momentos da história de nosso partido se ligam à opção inequívoca pelo presidencialismo: a campanha das "Diretas-Já" e "Brasil Urgente, Lula Presidente". Naquelas memoráveis jornadas estabeleceu-se a mais profunda identificação dos anseios populares com as propostas de um partido político a que esse país já assistiu. Nunca houve tanta alegria e tanta esperança no Brasil.

O que é preciso ficar claro é que o presidencialismo é o único sistema político representativo em que o povo escolhe diretamente o chefe de governo, que é também o chefe de Estado. O governante é responsável perante o próprio povo. Já no parlamentarismo, tanto o chefe de governo quanto o chefe de Estado não são escolhidos pelo próprio povo, mas por um colégio eleitoral que é o parlamento. Não é difícil adivinhar em qual deles pode

ocorrer a distorção da vontade popular. Pensem neste atual Congresso escolhendo um chefe de governo. É evidente que coisa boa não sai.

Não aceitamos as críticas de que o presidencialismo é um sistema imperial ou caudilhesco. Os mecanismos de limitação da proposição do voto de desconfiança, a ampliação do uso das delegações legislativas ou medidas provisórias com força de lei indicam que um primeiro ministro inglês ou um chanceler alemão são hoje muito mais poderosos que um presidente norte-americano, que precisa submeter seu secretariado ao senado, não tem controle sobre o orçamento votado no Congresso e sequer possui o direito de iniciativa das leis.

A saída está no presidencialismo combinado com um Legislativo forte, aplicado, zeloso das suas prerrogativas e consciente de suas responsabilidades, o que exige reformas constitucionais no sistema eleitoral, a reorganização do parlamento e a revisão de suas competências.

Sandra Starling
Deputada federal PT-MG

Pior para o PT, pior para a esquerda

Lutamos por um Estado socialista que seja uma nova Democracia e combine formas de democracia representativa- do tipo parlamentar- com os conselhos populares e consultas diretas à população. Nossa luta, portanto, não é nem pelo parlamentarismo nem pelo presidencialismo na forma que estão sendo discutidos hoje no Brasil.

A discussão, entretanto, é muito importante para esquerda. Trata-se de optar pela forma de governo que crie as melhores condições para os trabalhadores chegarem ao poder Executivo e interferirem na luta política em condições mais favoráveis à disputa da hegemonia e poder. Hoje, na atual realidade brasileira, esta forma é o presidencialismo, pois a eleição direta para presidente é a única onde existe realmente o sufrágio universal- onde cada pessoa tem um voto e cada voto tem o mesmo peso.

É ingenuidade idealizar o parlamentarismo como "forma mais democrática de governo", de um modo geral. Temos que discutir cada realidade. No Brasil, essa proposta é defendida por setores da esquerda e da direita. Os conservadores são maioria no Congresso Nacional e, na hipótese do parlamentarismo ser aprovado, não será acompanhado das reformas democráticas do parlamento, do Estado e do processo eleitoral que, por exemplo, acabem com o Senado e a representa-

ção deformada dos estados.

Pelo contrário. A situação tende a piorar para a esquerda, com a implantação do voto distrital- puro ou misto- que tem acompanhado o parlamentarismo em todos os países e deturpa ainda mais a vontade popular.

Além do mais, vai aumentar a confusão política do povo, pois será mais difícil visualizar onde está o poder- e quem são os responsáveis pela situação do país. Neste caso, a burguesia vai tentar comprometer o PT e a esquerda com seu governo, confundindo a população.

Portanto, o parlamentarismo dificulta ainda mais a nossa chegada ao governo, mesmo que tenhamos a maioria dos votos da população. E atrapaalha a nossa atividade de oposição.

Jorge Almeida
Secretário Nacional de Juventude.

Parlamentarismo e democracia

Está claro que o presidencialismo no Brasil tem sido um elemento essencial dos mecanismos de exclusão política do conjunto da sociedade. Depois de eleito, o presidente dispõe de cinco anos para governar como bem entender, com garantia de total impunidade, pouco importando se as medidas que adota contrariam não apenas o seu programa como também a vontade da esmagadora maioria da população.

A introdução do parlamentarismo certamente não resolverá todos os graves problemas do país. Mas pode contribuir para uma democratização substancial do Estado. Ao transferir parcela decisiva do poder para o Legislativo, o parlamentarismo ampliará a base de representação do poder e o tornará mais acessível à crítica da sociedade. No parlamento, ainda que de modo deformado pelo peso do poder econômico, lá estão representadas as mais diversas correntes de opinião e os mais diferentes interesses. As decisões aí tomadas, por isso mesmo, podem ser mais suscetíveis à influência da opinião pública. Além disso, as medidas de maior peso passam pelo crivo do debate e precisam estar respaldadas em posições majoritárias. Em decorrência, o parlamentarismo pode concorrer para a formação de partidos mais orgânicos e mais fortes, fato que é importante não apenas porque fortalece a participação política e torna mais clara a representação da sociedade, mas também porque inibe a prática do fisiologismo e do clientelismo.

Finalmente, cabe ressaltar que a implantação do parlamentarismo poderá ser inócua se não vier acompanhada, entre outras, de uma reforma completa do sistema eleitoral, capaz de corrigir as imensas distorções hoje

existentes, que fazem um eleitor do Norte e Nordeste valer por vários do Sul e Sudeste.

José Genoíno Neto
Líder da Bancada do PT na Câmara Federal

A terra dos presidentes

O plebiscito sobre forma de governo entrou na ordem do dia como disputa política nacional. Sua antecipação para 1992 é a medida capaz de afastá-lo dos interesses particularistas de candidaturas presidenciais, transformá-lo em julgamento político do governo Collor a curto prazo e favorecer a implantação do parlamentarismo, abrindo caminho para a convocação de eleições gerais.

A hipercentralização do Poder Executivo na presidência da República é uma instituição estatal chave para a dominação burguesa no Brasil. Liga-se à via passiva de afirmação da supremacia do capital. Associa-se à cidadania inconclusa, à marginalização das classes populares em relação à coisa pública, à inorganicidade, fragilidade e caráter meramente eletivo dos partidos, à posição subalterna do parlamento, à tutela militar, à existência emblemática de um centro federal de cooptação, clientelismo e corrupção, à reação política, enfim. Favorece uma articulação direta e de maneira recôndita com os interesses dominantes. Alimenta a ilusão de que os problemas e soluções dependem exclusivamente de um indivíduo, absolvendo o capitalismo e alimentando ilusões messiânicas.

Em suma, a forma presidencialista de governo cristaliza uma heteronomia através da qual a nação recebe- de um princípio que se fez exterior à sua representação formal e permanece inamovível durante todo um mandato, salvo casos muito específicos- as determinações executivas a que "deve" se submeter por força legal e coativa.

A implantação do parlamentarismo, embora não seja uma panacéia, um valor de princípio e muito menos um substitutivo para a revolução social, representará- como conquista da autonomia jurídico-formal da sociedade civil- uma democracia mais ampla em nível de regime político, ainda que sob o Estado burguês, abrindo melhores condições para o desenvolvimento das lutas populares.

Contudo, é preciso não capitular à inércia institucional e às articulações conservadoras. A defesa do parlamentarismo precisa recusar o voto distrital mesmo atenuado e defender reformas como fim das distorções no sistema de representação, unicameralismo, liberdade completa de organização partidária e autonomia federativa.

Ronald de Oliveira Rocha
Membro do Diretório Nacional do PT

O 1º Congresso em debate

Depois de quase um ano de preparação, está chegando a hora. Os encontros de base já estão feitos, os estaduais começam a acontecer, revelando o que os petistas podem esperar deste I Congresso do partido. Aqui, Ricardo Azevedo, editor da revista **Teoria e Debate**, Valério Arcary, da Comissão Executiva Nacional, Tatau Godinho, da Sub-Secretaria de Mulheres, Claus Germer, presidente do PT do Paraná, e Jonas Paulo, secretário geral do PT da Bahia falam de suas expectativas.

BN- O que você está achando desse I Congresso? O processo está de acordo com suas expectativas?

Claus- Um aspecto positivo é que as diversas posições ideológicas existentes no PT tornaram-se mais explícitas, incluindo importantes diferenças antes pouco perceptíveis. O que há de negativo é que o debate teórico-ideológico de fundo não atingiu ainda a maioria dos militantes, ficando limitado às camadas dirigentes do partido e das tendências.

Ricardo- O processo está aquém das minhas expectativas. O nível de participação dos filiados é baixo, o



Ricardo Azevedo quer distância da ditadura do proletariado

que significa que o PT está se transformando num partido apenas dos quadros.

Tatau- Apesar do processo preparatório ao Congresso ter criado uma grande expectativa na militância—como um momento de discussão da reorganização partidária que dinamizasse o funcionamento e a vida política do PT—o debate político acabou priorizando questões muito abstratas para o geral dos petistas. Com isso, o processo ficou aquém da expectativa. É importante lembrar, também que, afora o VI Encontro, essa a primeira vez que um fórum nacional acontece sem disputas eleitorais ou renovação de direção em jogo e isso pode ser um dos motivos para a baixa participação.

Valério- Esse não será o Congresso que o PT precisava realizar. Poderíamos reunir cerca de 50 mil filiados nos encontros de base—em 89 reuniões 40 mil—e não vamos conseguir reunir mais 25 mil pessoas. De qualquer maneira, a esquerda do PT—os setores que rejeitam o pacto social, crêem na atualidade do socialismo e defendem o caráter de classe do partido—terá crescido e será cerca de 45% do PT.

Jonas- Se o processo demonstrou ser democrático, com espaço para a circulação das mais diferentes posi-

ções, por outro lado não conseguiu envolver o grosso da base do PT e aí está uma de suas principais debilidades.

BN- Qual a decisão mais importante que você espera deste Congresso?

Claus- Há muitas e é difícil hierarquizar. Entretanto, seria essencial que o PT conseguisse formular pelo menos as linhas básicas de um projeto socialista que, além do caráter revolucionário, conseguisse articular nossa postura radical no campo da democracia política com um projeto clara e radicalmente anticapitalista no campo econômico, formando uma barreira ideológica sólida contra a crescente tendência de aceitação de um capitalismo recauchutado.

Ricardo- Espero que o I Congresso decida que o PT nunca mais vai fazer coligação com o PC do B.

Tatau- É fundamental que a gente saia deste Congresso com uma proposta clara de organização de base que modifique e impulse o PT. Sob um ponto específico, o Congresso poderia dar um salto importante se—reconhecendo a dificuldade de participação das mulheres no partido—aprovasse uma medida concreta sobre a questão, em vez de ficar apenas no discurso. Acho que, neste sentido, o debate sobre a cota de 30% de mulheres na direção vai ser positiva.

Valério- É importante o Congresso concluir que o socialismo não morreu, como quer a social democracia. A gente tem que sair deste Congresso com a certeza de que Collor pode ser derrotado antes de 94. Não pode haver qualquer tipo de pacto nem entendimento com Collor. A bancada petista tem que ser independente, as prefeituras têm que abandonar a “solidariedade administrativa”, fazendo “administrações de resultados”. E na CUT, é hora de



Valério quer o fim do “parlamento como meio de vida



Tatau acha que as tendências são “o alvo mais fácil”.

sair da inércia.

Jonas- É fundamental que do Congresso saia uma proposta de enfrentamento da crise que resulte na mobilização das forças democráticas, interessadas na construção de uma alternativa ao projeto neoliberal, e que seja base da nossa elaboração da estratégia de transformação socialista da sociedade brasileira.

BN- Qual a decisão mais catastrófica que o Congresso pode adotar?

Claus- Catastrófico seria o Congresso dar respaldo às atuais tendências conformistas em relação ao capitalismo, presentes em toda a esquerda e também no PT. Tais tendências decorrem do enfraquecimento momentâneo do campo socialista, devido aos acontecimentos do Leste Europeu, e também ao fato de que o neoliberalismo vai penetrando subrepticamente nas esquerdas, através de hábeis críticos pseudo-socialistas, como Alec Nove e outros.

Ricardo- Catastrófico será o I Congresso se definir pela ditadura do proletariado.

Tatau- A pior coisa—não creio que aconteça—seria o Congresso aprovar qualquer proposta de revisão ou alteração da identidade do PT como um partido dos trabalhadores. Há posições de que a construção do PT identificado claramente com a classe trabalhadora é uma concepção estreita, mas a aprovação de qualquer linha que questione esta identidade será um prejuízo para o que acumulamos na luta social no Brasil.

Valério- Catástrofe seria a proibição das tendências, a imposição da lei do silêncio. Seria fazer o oposto do que nos ensinam as lições do Leste Europeu e retornar aos anos 30. O PT nasceu plural e só vai construir sua unidade política em torno de um programa. Isso pressupõe debate e debate precisa de finanças e imprensa

próprias, por exemplo.

Jonas- Seria o Congresso adotar uma posição que cristalizasse um quadro que já se delineia no PT, de aprofundamento do fosso entre a direção e a base do partido, e que nos desarma para os grandes enfrentamentos políticos. Por exemplo: a manutenção da atual estrutura organizativa, que já demonstra na prática estar superada, incapaz de responder aos desafios e exigências que a realidade brasileira nos coloca.

BN- Que posição o Congresso deve assumir em relação às tendências?

Claus- O direito de tendência se impôs ao PT devido a uma realidade política, não por uma decisão administrativa. Não deveria, igualmente, ser extinto administrativamente. Se há correntes diferenciadas no PT, sobre a base dos princípios gerais do partido, não vejo como proibir a sua exteriorização. O aperfeiçoamento da sua regulamentação é positivo, desde que não seja uma forma indireta de anular o direito de tendência.

Ricardo- Proponho uma mudança radical no atual estatuto. As tendências devem ser correntes de opinião de caráter não permanente.

Tatau- O PT precisa divulgar e discutir mais a atual resolução de tendências. Os problemas que existem vêm muito mais da debilidade de aplicação do que de insuficiências da resolução. Claro que nem todos vão por esse viés, mas centrar a mira do debate sobre nossas debilidades de organização nas tendências é simplificar o debate, oportunisticamente,



Jonas: "O processo não conseguiu envolver a base do PT"

escolhendo o alvo mais fácil.

Valério- O Congresso deve manter o direito de tendência. É esse direito que garante a Genoíno a liberdade de dizer na Folha de S. Paulo que "Fora, Collor" é golpe e garante a Mercadante a liberdade de dizer que não pode haver socialismo sem mercado. Por que a Convergência não pode dizer que a lei salarial é uma droga?

Jonas- O Congresso precisa desbloquear a atual cristalização que tem dificultado a unidade de ação

partidária na luta social e na frente institucional.

BN- Qual deve ser a posição do congresso a respeito dos mandatos parlamentares?

Claus- A atuação parlamentar do PT tem sido muito importante. Todavia, tem sido alto o preço em termos do eleitoralismo, do personalismo e da desideologização do partido e de



Claus: "Barreira ideológica" contra capitalismo recauchutado"

sua prática. O Congresso deveria restabelecer o conceito de que, primeiro, a atuação parlamentar do PT, embora importante, não é a principal nem a determinante da sua linha política, e, segundo, que os mandatos pertencem ao partido e não aos eleitos.

Ricardo- Os mandatos são do partido. É importante que os candidatos majoritários sejam escolhidos em consulta direta aos filiados. Para os proporcionais, precisamos criar mecanismos de escolha com a real participação da base e não como é hoje, quando se elaboram as listas e o máximo que se exerce é o poder de veto.

Tatau- O Congresso teria um saldo bastante positivo se conseguisse definir com clareza que os mandatos são partidários, buscando formas mais coletivas de atuação e definição de políticas e de utilização de recursos do mandato. Quanto aos mandatos executivos, onde a vinculação política com o partido tem sido bastante débil, é preciso buscar mecanismos que garantam uma efetiva participação do PT na definição da linha política das administrações.

Valério- O parlamento não pode ser uma forma de se subir na vida, com o eleito passando a ganhar US\$ 65 mil por ano. Um deputado petista deve denunciar o parlamento-deixar claro que o Brasil não vai mudar através dele- em vez de se embriagar com ele. Defendo a estipulação de, no máximo, dois mandatos. Veja Genoíno, já está no terceiro mandato. Daqui a pouco vira Ulysses Guimarães.

Jonas- O Congresso deve afirmar o caráter partidário dos mandatos, o papel do partido na definição das políticas globais que orientem a ação do PT nas casas legislativas e evitar a tendência crescente de "eternização" de detentores de mandato.

A Hora de Mudar é Agora!*

Não há como negar que nos últimos anos os Encontros do PT vêm se transformando em "jogos de cartas marcadas". Se cinco ou seis lideranças (ou "chefes") de tendências se reunirem antes da realização de qualquer encontro petista podem, sem grande dificuldade, antecipar o seu resultado. Prevalecendo esta dinâmica, a política vai se reduzindo, no interior do PT, a um mero exercício de aritmética. Basta somar os votos de cada tendência para antever o desfecho de qualquer disputa. As tendências organizadas, predeterminando quase tudo, não deixam acontecer a política dentro do partido.

Tudo isto ocorre sem que se pergunte, às centenas de milhares de petistas, se estão de acordo com este processo segundo o qual as decisões de um partido de massa são tomadas por pouquíssimas pessoas.

Os critérios de participação no I Congresso, aprovados recentemente pelo Diretório Nacional, introduziram modificações importantes nesta lógica excludente de representação ao multiplicar os canais de acesso aos encontros que elegem delegados e ao próprio Congresso. Todavia, esta medida, por si só, é insuficiente para reverter o quadro atual se não for acompanhada de outras providências capazes de possibilitar a emergência de uma compreensão mais ampla sobre o significado transformador do nosso I Congresso.

Estamos certos de que o I Congresso só cumprirá um papel efetivamente renovador da vida partidária se, no processo que antecede o encontro que marca o seu desfecho, uma nova estrutura e um novo funcionamento orgânico já estiverem em gestação. Para tanto é necessário que uma nova concepção (e uma nova prática) de construção e atuação partidária vá se constituindo a partir de agora.

Tudo isso exige que também se constitua, a partir de agora, uma nova configuração interna das opiniões existentes no partido. Mas para evitar que este processo acabe em mais acordo (ou disputa) entre as tendências atuais trata-se de estabelecer uma outra dinâmica no debate que estimule a imaginação e suscite a crítica dos indivíduos que constituem o partido. Somente a liberdade individual de pensar, optar e agir dos filiados petistas pode alterar a lógica pré-determinante imposta pelas tendências já cristalizadas no PT.

No processo do I Congresso o PT deve aprovar uma nova regulamentação do direito de tendência. Isso não significa, absolutamente, proibir as tendências ou abolir o direito de tendência, o qual constitui uma conquista democrática fundamental do nosso partido. Significa desenvolver e aprofundar nossa compreensão acerca da natureza das tendências internas como verdadeiras correntes de opinião, refutando as concepções que as

encaram como "lobbies" voltados para as disputas em torno do aparelho partidário ou como frações. Não se trata de resolver um problema político com medidas administrativas ou burocráticas. Trata-se de dar conseqüência a uma aspiração que já predomina na base partidária, começando a realizar o desbloqueamento interno do PT. Sem isso não teremos um Congresso efetivamente livre e democrático.

Se ficarmos esperando os cinco dias que marcam a realização final do encontro, sem introduzir elementos que modifiquem a dinâmica e rompam com a lógica da luta interna fracional, nada de muito novo poderá nascer do I Congresso. Será um congresso para repetir o passado, outra vez o encontro da participação mínima daquela ampla maioria que não é (nem quer ser) profissional da disputa interna. Ou será, no máximo o "Congresso da média": como num concílio conservador as opiniões mais díspares encontrarão alguma ressonância num documento suficientemente geral (e ambíguo) para permitir as mais diversas leituras.

No grande debate hoje instalado no partido sobre o I Congresso não pode predominar a divisão prévia das opiniões pelas tendências existentes. Recusamos decididamente esta dinâmica porque refulamos a idéia, até hoje predominante nos grupos de esquerda tradicionais, de que a vida interna dos partidos constitui apenas (ou principalmente) um palco de luta política. Pelo contrário, queremos reforçar uma outra dimensão, construtiva, do partido, como espaço de construção de políticas, de busca de consensos e de realização de sínteses entre vertentes diversas do pensamento e da prática socialista aportados pelos indivíduos que o constituem.

A hora de mudar é agora. Nós petistas que concordamos com as idéias aqui expostas devemos oferecer o exemplo de praticá-las: subordinando-nos, doravante até o I Congresso, unicamente às decisões partidárias e de nossas consciências; recusando-nos peremptoriamente a qualquer tipo de atuação independente das orientações do PT no movimento social, a não ser para reafirmar esta posição; participando dos eventos partidários exclusivamente em nome pessoal ou do cargo ou função que ocupamos no partido; assinando e votando nas teses e nas emendas com as quais concordamos, repelindo qualquer tipo de centralismo proibitivo, seja de forma aberta ou disfarçada através da pressão psicológica ou de outros expedientes extra-políticos.

O futuro do PT depende, neste momento, de nossa decisão e de nossa coragem. Vida nova para o PT.

Augusto de Franco

*O texto original que serviu de base para este artigo foi escrito a várias mãos no final de julho deste ano. O resumo aqui publicado é de minha inteira responsabilidade.

O fundo do poço

O 4º Congresso nacional da CUT deu o que falar. Em tempo de privatizações, arrocho e desemprego, seria natural que o fórum máximo da maior central sindical do país ocupasse as páginas dos grandes jornais, as conversas de botequim e as atenções de boa parte da sociedade. Mas a repercussão do 4º Concut é daquelas que não dá pra comemorar: em vez de debate, bate-boca. E boa parte da ofensividade necessária para o enfrentamento da crise foi gasta lá mesmo, no plenário, na disputa entre companheiros. Assentada a poeira, os dirigentes cutistas Gilmar Carneiro, Cyro Garcia e Durval de Carvalho avaliam o 4º Concut e falam das dificuldades que vêm pela frente.



AGÊNCIA FOLHAFISAR

BN- O 4º Concut trouxe algum tipo de contribuição para a classe trabalhadora brasileira?

Cyro- Trouxe. A maior contribuição foi a constituição de um bloco de resistência democrática, que defendeu os princípios que justificaram a construção e a fundação da Central Única dos Trabalhadores. Este bloco lutou, durante todo o 4º Concut, contra a política da Articulação Sindical, que está levando a CUT para uma postura de conciliação de classe, para um método burocrático e para ligações internacionais com centrais pelegas, como a CIOSL.

Durval- O 4º Concut mostrou que estamos "no fundo do poço" no que diz respeito aos métodos de gestão e direção da central sindical. Foi constituída, ao longo dos anos, uma concepção monolitista, autoritária e burocratizada de gestão da central, cuja expressão terminal foi a condução da preparação e realização do 4º Concut. Porém, no mesmo congresso, se fortaleceu outra concepção, oposta à anterior, e que se expressou na vitória da proporcionalidade qualificada por 742 votos a 741- como método estatutário que busca integrar as correntes da CUT na sua direção, sem exclusivismos nem exclusão, respeitando seu caráter plural. Esta opção do plenário por uma visão democrática da gestão da central é a contribuição positiva trazida pelo 4º Concut.

Gilmar- A consciência de classe

não se afirma somente nas escolas, afirma-se principalmente nas lutas do dia a dia, combinadas com a teoria. O 4º Concut, apesar de todos os problemas decorrentes da disputa destrutiva entre as tendências, representa um momento importante para os trabalhadores brasileiros e, particularmente, para a consolidação do movimento sindical e suas instâncias representativas. Na medida em que a Tese 13, da Articulação, com o apoio dos delegados da Unidade Sindical, Vertente e Nova Esquerda, foi vitoriosa em praticamen-



Foto Roberto Fritzer

Gilmar: "Se ganhou a Articulação, ganhou a democracia"

te tudo que defendia, venceu a democracia e ganhou com isso a própria classe trabalhadora.

BN- Você se sente responsável pelos incidentes ocorridos no congresso?

Gilmar- Não me sinto responsável nem direta nem indiretamente pelas brigas que aconteceram. A principal responsável é a tendência do PT Convergência Socialista.

Cyro- De maneira nenhuma. Ao contrário, eu fui caluniado, atacado moralmente pela bancada da Articulação Sindical. Em seguida, fui impedido de falar pela mesa do congresso, que, não por acaso, era dirigida por um companheiro da Articulação. Foi essa atitude da Articulação- tanto as calúnias provocativas quanto a atitude ditatorial da mesa- que gerou os conflitos. Tanto é assim que a situação só foi superada quando a mesa recuou e permitiu minha intervenção, para me defender das calúnias. A responsabilidade, portanto, é exclusivamente da Articulação Sindical.

Durval- Como dirigente da CUT sinto-me responsável pelos caminhos e descaminhos da nossa central. Quanto ao lamentável episódio que foi explorado pela grande imprensa, devemos identificá-lo como a expressão mais forte de uma deformação no interior da CUT. É assim que caracterizo o fato de lideranças sindicais, no intuito de confrontar opini-

ões diferentes, recorram ao expediente de caluniar e difamar companheiros como Cyro Garcia- contrariando frontalmente a concepção que o PT defende, baseada na solidariedade de classe e na disputa fraterna entre as opiniões divergentes. Essa conduta, que resultou no conflito físico, tem que ser erradicada do meio de nós.

BN- Como petista, você acha que a direção nacional do PT ajudou ou atrapalhou a realização do Concut?

Durval- A direção Nacional do PT optou pela omissão. Nas diversas conversas realizadas entre a Executiva Nacional do partido e os petistas da Executiva Nacional da CUT tivemos a oportunidade de expor os fatos e os problemas que rondavam o 4º Concut. Chamamos a atenção para a gravidade que representava a decisão de cortar delegações estaduais- como as de Minas Gerais e Bahia, de inchar outras- como a do Espírito Santo, enfim, a falta de regras iguais para todos. Frente a esse quadro, a direção do PT não tomou uma posição corajosa, deixando que os petistas escrevessem essa página desoladora nesse projeto extraordinário que é a CUT. O PT tinha por volta de 85% dos delegados do congresso e a quase totalidade dos membros da direção dos seus trabalhos, logo, os prejuízos políticos trazidos pelo 4º Concut para o movimento operário e popular recaem principalmente sobre nosso partido. Em suma, o PT está pagando caro a ausência de uma política sindical do partido.

Gilmar- O PT ajudou, principalmente através da Secretaria Sindical Nacional. Foram realizados vários debates sobre o congresso, várias reuniões buscando unificar os petistas que eram delegados, inclusive com participação do presidente nacional do partido e sua executiva nacional. Infelizmente não houve condições de unidade partidária e, com isso, proporcionalmente, o PT saiu desgastado tanto interna como externamente.

Sem dúvida, o partido poderia ter ajudado mais.

Cyro- Em primeiro lugar, a grande maioria dos ativistas e delegados presentes no Concut eram petistas. É um motivo de orgulho para nós que nosso partido tenha esse peso, essa influência no movimento sindical. Portanto, o que o PT diz tem muita repercussão. Mas, infelizmente, a maioria da direção do partido atuou sustentando a política e os atos de uma das alas da CUT, a Articulação Sindical.

Isso se vê claramente no caso da Lei Salarial, quando, pela primeira vez na história do nosso partido, nossos deputados votaram numa lei de arrocho que, supostamente, seria um "mal menor". Agora vemos que a lei



Cyro: "O clima do I Congresso pode ser pior que o do Concut".

não repõe nem as perdas de um mês de inflação com seus reajustes bimensais. E a Articulação Sindical impede que a CUT vote uma resolução contra essa lei. Um desastre.

BN- O clima que cercou o Concut e seus desdobramentos terão algum reflexo no I Congresso do PT?

Durval- Não. No partido já conquistamos um patamar superior que permite nos relacionarmos na diversidade partidária, num grau de civilidade e respeito entre as correntes e setores. Portanto, o espaço de debate congressual partidário deve ter como preocupação responder a essa carência de formulação e organização do partido nos movimentos sociais- frentes estratégicas de ação partidária. E não é só para o movimento sindical que o PT não tem política.

Cyro- Eu esperava que não. Mas, pela política da Articulação para o Congresso do PT, já não tenho mais esta esperança. Me parece que o clima será o mesmo, ou talvez pior. Só para citar o fato mais grave, a Articulação vai defender o fim das tendências, uma conquista democrática que existe desde a fundação do PT. Defende, por exemplo, que as tendências não possam ter jornais, finanças ou sede, o que é a mesma coisa que estrangulá-las com manobras organizativas. É uma proposta de implantar uma ditadura de tipo stalinista disfarçada. Com propostas deste tipo, além das diferenças políticas que temos, o clima só vai piorar.

Gilmar- O PT precisa deixar de ser omisso diante da falta de unidade partidária de seus filiados nos movimentos sociais. Já no congresso da UNE, algumas tendências não acata-ram as decisões preparatórias ao congresso. As mesmas tendências do congresso da UNE tiveram papel determinante nas brigas físicas do Concut e nas baixarias verbais.

O PT é um partido que tem programa, resoluções sobre atuações em áreas específicas e precisa aprofundar

sua organização nos setores organizados da sociedade. O PT não pode ser uma frente partidária e de tendências. Ser pluralista e democrático não pode ser sinônimo de frente partidária de grupos de esquerda que atuam com centralismo democrático sobrepondo-se ao próprio partido.

BN- A repercussão dos incidentes ocorridos no Concut beneficia os adversários da CUT, em particular a Força Sindical?

Durval- Isso é óbvio. Mas o que tem acontecido é que o que mais beneficia os nossos adversários é a desagregação que vive nossa central quando se exerce sua direção com monolitismo, excluindo as minorias; quando se promove a divisão dos cutistas em eleições sindicais; quando se calunia dirigentes de projeção nacional; quando falta uma direção política na CUT que a coloque no caminho do enfrentamento com a política do governo Collor, com os empresários e com a violência do latifúndio no campo.

Cyro- Infelizmente, acho que sim. O problema é que a maioria da direção da CUT não se diferencia claramente da Força Sindical. Essa atitude é que beneficia nossos adversários. Dou dois exemplos: a maioria da direção da CUT vem disputando com a Força Sindical a filiação e a ajuda da CIOSL, a central mundial que reúne os sindicatos de direita, pelegos dos Estados Unidos e do Japão e as centrais social-democratas da Europa, que vivem fazendo pactos sociais com seus governos. Outro exemplo, a Articulação Sindical fez aprovar



Durval: "A direção do PT foi omissa".

uma resolução que, pela primeira vez na história da CUT, permite que a direção da central firme um pacto social. Desta maneira, como a corrente majoritária não defende mais os princípios pelos quais a CUT foi criada, abre uma batalha no interior da central e beneficia a Força Sindical

Gilmar- Embora, inicialmente, os

incidentes do Concut beneficiem nossos adversários, precisamos reconhecer que isso faz parte do processo democrático. A política do "vale tudo" das tendências ortodoxas- trotskistas ou não- para tentar impedir o avanço da concepção de uma central sindical de massas, pluralista, que prioriza o papel sindical em vez do papel foquista, mais uma vez foi derrotada e precisamos consolidar esta vitória.

BN- O documento "Bases para um Compromisso" será suficiente para uma gestão eficiente da nova direção cutista?

Durval- É um ponto de partida. Mas uma gestão eficiente só vingará se for capaz de desbloquear o funcionamento da central, integrando efetivamente a pluralidade de posições na sua direção. É necessário que se dê à Executiva Nacional seu papel de formuladora e de dirigente do movimento sindical, a partir de um debate qualificado e não do simples referendo das posições de eventuais maiorias. Isto é, um novo método de direção e acumulação política. Também se faz necessário a existência de uma regra para todos, não apenas para algumas correntes, como a obrigatoriedade de convenções com proporcionalidade para a formação de chapas capazes de assegurar a unidade da CUT na base do movimento sindical.

Cyro- Não acredito. Assinamos esse documento para deixar claro que a unidade da CUT é fundamental para enfrentar os planos do imperialismo, do governo Collor e da burguesia, e que as correntes que formaram o Bloco de Resistência no 4º Concut defende essa unidade com toda força. Mas uma gestão eficiente da nova direção cutista depende, em primeiro lugar, de que a maioria da direção da CUT mude sua política, voltando a reafirmar todos os princípios fundamentais da CUT. A atual direção teria que começar esta mudança de rota unificando as categorias em greve ou em campanha salarial, apoiando suas lutas com todos os meios a seu dispor.

Gilmar- O documento "Bases para um Compromisso" é uma contribuição, porém deverá ser a prática que definirá seu sucesso ou fracasso. O fato de apenas a Libelu e o PLP não assinarem não significa necessariamente que as demais tendências e partidos tenham feito autocrítica de fato. Na verdade, a maioria precisa aprender a ser maioria- implementar as resoluções do 4º Concut, respeitando a minoria. A minoria precisa aprender a ser minoria, respeitando as resoluções do congresso. Minoria que não acata decisão de maioria não merece usufruir dos espaços democráticos. A democracia é como o amor: dá muito trabalho, mas é a melhor coisa do mundo. Vamos amar!

“Partidarização ameaça a CUT”

Com a mesma determinação com que combati desde o início a partidarização da CUT, com a mesma convicção com que repeli os gritos de “racha, racha” durante o 4º Concut, também recusei-me a assinar o texto “Bases para um Compromisso”, proposto pela Articulação Sindical na reunião inaugural da nova executiva da nossa central.

A cisão da CUT só interessa à burguesia e ao governo Collor. A maior ameaça à unidade é a partidarização da CUT. A melhor maneira de assegurar a unidade é cumprir coletivamente a tarefa da CUT, de luta intransigente pelas reivindicações dos trabalhadores. Propus emendas nesse sentido que foram rejeitadas pelos companheiros da Articulação Sindical. Essas propostas foram registradas em ata.

“Bases para um Compromisso” consagra critérios típicos de disciplina partidária- um centralismo incompatível com uma organização sindical, como é a CUT. Ao contrário de combater a raiz da ameaça de divisão, perpetua-a. Igualmente, a que fim serve a instituição de uma “Comissão de Ética”- inexistente no Estatuto da CUT- a não ser para prolongar- eternizando?- a “guerra de tendências” verificada antes e durante o IV Concut, cujos resultados todos bem conhecemos?

A CUT é uma central de sindicatos e não de correntes. Como em todo sindicato, a unidade não se faz em torno de qualquer centralismo de tipo partidário e sim em torno de propostas de ação.

Minha compreensão sobre o caráter do texto proposto confirmou-se na mesma reunião da Executiva. Os companheiros da Articulação Sindical impuseram, após a assinatura do texto, uma formação para as secretarias- nove para a Chapa 1 e três para a Chapa 2- que nem de longe reflete a votação no IV Concut, onde a Chapa 1 venceu pela apertada margem de 60 votos. Prevaleceu a partidarização que o documento não afasta, em detrimento de critérios adequados ao movimento sindical. Vigorou a idéia nefasta dos “bons” e “ruins”, como durante o 4º Concut, ao invés de um real esforço coletivo para superar, de

fato, os desentendimentos havidos.

Portanto, a não-assinatura do texto expressa nosso compromisso em continuar defendendo incondicionalmente a unidade da CUT. Para isso, conclamamos todos os companheiros a aplicar decididamente, coletivamente, as propostas de luta e campanhas aprovadas no 4º Concut.

Francisco Zoccoli, membro da Executiva Nacional da CUT, militante do PT.

Bases para um Compromisso

Um chamamento à unidade dá o tom do documento “Bases para um Compromisso”, assinado pela quase totalidade dos dirigentes cutistas na primeira reunião da nova Executiva Nacional da central. Reconhecendo como “lamentáveis” os incidentes que marcaram o 4º Concut, os sindicalistas aprovaram a constituição de uma comissão de ética para apurá-los e para apresentar “propostas para uma base ética de convivência na CUT.

O documento afirma a CUT como uma “central pluralista e democrática” que, portanto, “comporta em seu interior diferentes visões táticas e estratégicas para a luta dos trabalhadores” e “diferentes visões de concepções sindicais e papel da Central”. O compromisso política de uma “unidade de ação e o acatamento das decisões das instâncias são as condições apontadas para que haja a garantia da livre manifestação dessas visões e o exercício do direito de crítica.

Segundo o documento, a “unidade de ação” deverá ser resultado da “vontade de convencimento político do conjunto dos sindicalistas da CUT”. “A gestão da CUT responsabilidade de todos”, afirma o texto das “Bases para um Compromisso”, assinado por Jair Meneguelli, Avelino Ganzer, Gilmar Carneiro, Delúbio Soares, Jorge Lorenzetti, Osvaldo Bargas, Rosiver Pavan, José Olívio Miranda, José Raimundo de Andrade, Vicente Paulo da Silva, Gilmar Pedruzzi, Kjeld Jacobsen, José Domingos Cardoso (Ferreirinha), Durval Carvalho, Miguel Rosseto, Paulo Skromov, Pedro Alcântara Moreira, Júnia Gouveia, José Maria de Almeida, Cyro Garcia, Sérgio Barroso, Wagner Gomes, Renildo Souza e Antonio Carlos de Andrade.

Rapidinha Série Ouro

Uma nova **Rapidinha** está sendo lançada pelo Diretório Nacional. Ela será o instrumento dos Diretórios Regionais na arrecadação de finanças para as despesas com as delegações estaduais participantes do I Congresso. A decisão foi tomada na última reunião do DN, dias 13 e 14 de outubro, quando foi deliberado que a responsabilidade de custeio das delegações seria dos estados.

A nova série da **Rapidinha** tem novidades: além do aumento da probabilidade dos prêmios, os DRs ficarão com o total da arrecadação das vendas. O DN se responsabiliza pela confecção, distribuição e pelos prêmios maiores. Só o preço não mudou. A **Rapidinha- Série Ouro** custa os mesmos Cr\$ 300 da série anterior.

Mais prêmios

A **Rapidinha- Série Ouro** distribuirá muito mais prêmios que a versão anterior. Um em cada dez bilhetes é premiado. Será mais estimulante vender, comprar e raspar. O prêmio mais alto será de Cr\$ 1 milhão. É importante que sejam feitos, em cada município, “mutirões” de venda de **Rapidinha**, com a presença de dirigentes, personalidades, parlamentares do partido, divulgando o I Congresso e viabilizando as finanças para realizá-lo.

O prêmio máximo será pago diretamente pelo Diretório Nacional, bastando o sorteado entrar em contato conosco

Os prêmios de Cr\$ 1,5 mil e de Cr\$ 5 mil serão pagos pelos DRs, que serão reembolsados pelo DN. Os prêmios menores,

de Cr\$ 300- troca por outro bilhete- o DN paga em **Rapidinhas**.

As primeiras **rapidinhas** ainda estão circulando e devem continuar sendo vendidas. Os estados pagam 50% do arrecadado com as vendas desta primeira série para o caixa nacional. Este dinheiro é absolutamente fundamental para pagarmos a confecção e os prêmios da **Rapidinha- Série Ouro** e outras grandes despesas, como o programa nacional de televisão.

Só receberá esta **Série Ouro** o Diretório Regional que pagar a dívida relativa à primeira **Rapidinha**. Até o dia 30 de outubro os DRs devem remeter um cheque relativo aos 50% devido, pré-datado para o dia 15 de novembro.

Rateio

O Diretório Nacional estima que o custo de cada delegado ao I Congresso ficará em torno de Cr\$ 150 mil a preços de outubro de 1991. Com isso, a venda de 500 **rapidinhas** paga o custo de cada delegado.

Os Diretórios Regionais devem pagar até o dia 20 de novembro o total do rateio relativo aos delegados ao I Congresso. Para isso devem, imediatamente, encaminhar à Tesouraria Nacional cheque pré-datado.



No dia 17 de setembro, o agrônomo Gumercindo Rodrigues, assessor do Conselho Nacional de Seringueiros, levou dois tiros- um nas costas, outro no rosto- numa rua do centro de Rio Branco, Acre. O atentado repete a rotina de violência contra lideranças de trabalhadores rurais em todo o país, a não ser por um detalhe: a insistência da polícia em qualificá-lo como "crime passional". No Acre de Chico Mendes e Wilson Pinheiro, essa é a versão mais fácil de um crime praticado por um madeireiro, ex-marido da companheira da vítima.

Gumercindo é militante do PT e vive em Xapuri e foi assessor de Chico Mendes no Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Em São Paulo, ainda com um aparelho mobilizando a mandíbula fraturada pela bala, ele conversou com o **Boletim Nacional**.

Acre:

“Os fazendeiros estão esperando o melhor momento pra acabar com a gente”



AGÊNCIA FOLHAF/ADRIANA ZEBRAURAS

Gumercindo contesta a versão da polícia

BN- Você foi vítima de um crime passional ou de um atentado político?

Gumercindo- O que aconteceu comigo não foi um fato isolado. Está ligado a tudo que vem acontecendo na Amazônia a partir do momento em que a luta dos povos da floresta- e, mais especificamente, dos seringueiros- ganhou destaque nacional e internacional, a partir da proposta das reservas extrativistas, lançada em 1985, no Encontro Nacional de Seringueiros.

A partir daí, os seringueiros construíram uma proposta de desenvolvimento adequado à realidade regional amazônica, que se opõe, obviamente, aos grandes interesses econômicos na região, os interesses da mineração, do extrativismo madeireiro- extremamente predatório, os interesses dos pecuaristas, com seus projetos financiados com dinheiro público, a juros subsidiados até bem recentemente.

No momento em que essa proposta foi crescendo, ganhando corpo, foi encontrando cada vez mais barreiras. Desde o assassinato de Chico Mendes, em 88, a situação de conflito na região Amazônica como um todo não diminuiu em nada. Principalmente

po causa da impunidade que impera na região.

BN- Por que a polícia e a imprensa estão tratando o atentado contra você como “caso passional”?

Gumercindo- Essa é a versão mais fácil. Wilson Pinheiro (líder dos trabalhadores rurais de Brasiléia- AC, assassinado em 1980) até hoje é acusado pela UDR de ter sido morto porque tinha duas mulheres. Essa é a afirmação de João Tesa, uma das cabeças pensantes da UDR lá. Com outro companheiro que foi morto em Tailândia, no Pará, foi a mesma coisa: “crime passional”. Eu já tinha dito aos companheiros da diretoria do sindicato que havia o risco de me matarem e dizerem que foi crime passional.

O ministro da Justiça foi à televisão dizer que o atentado contra mim foi um crime passional, como se, em sendo passional, não fosse crime. Dessa forma nós estamos subvertendo totalmente a ordem jurídica neste país. Crime é crime. Estão tentando desviar a atenção, colocar como um crime justificável. Não existe crime justificável.

No meu caso, foram dois crimes, uma tentativa de seqüestro- que não

se concretizou porque eu tentei resistir- seguida de uma tentativa de homicídio. Se eu tivesse sido seqüestrado, certamente teria sido morto. Escapei por acaso e também porque entre morrer num lugar onde só iam me encontrar três dias depois, escolhi morrer num local público.

BN- Onde foi o atentado?

Gumercindo- Na esquina das ruas Marechal Deodoro e Rui Barbosa, perto da praça onde fica o quartel da Polícia Militar.

BN- Bem no centro de Rio Branco! Que horas foi isso?

Gumercindo- Seis e meia da tarde.

BN- Tem testemunhas?

Gumercindo- Tem, mas não sei quem são. Tinha muita gente numa pizzeria, gente passando. E era isso que eu queria. Quando eles chegaram tentando me levar, eu comecei a gritar, falar alto, dizer que não ia. Tentei chamar atenção. Foi nesse momento que eu levei o tiro nas costas, que saiu aqui na frente. Perfurou diafragma, fígado e vesícula biliar. Quando eu estava caído na calçada, levei esse tiro no rosto, cuja bala se dividiu em

Foto Roberto Parizotti



Osmarino está na mira dos fazendeiros do Acre

quatro fragmentos, quebrou a minha mandíbula. Um dos fragmentos está aqui dentro (aponta um local logo abaixo da orelha esquerda) e vai ficar aí, porque pra retirar é bem mais complicado.

BN- E a polícia?

Gumercindo- Pois é, a polícia acha que foi crime passional. O madeireiro Camilo Yunes, que praticou o atentado contra mim, junto com um policial- porque foi um policial que me deu o tiro nas costas, quando eu tentei correr- esse madeireiro é ex-marido da minha companheira. E eu considero isso mera coincidência, porque eles estão separados legalmente há muito mais tempo do que eu estou com ela.

Que o cara possa ter vindo até porque ele queria vir, com um motivo a mais, tudo bem. Mas veio muito porque sabia que podia contar com a impunidade. No planejamento deles, eles não imaginaram que eu poderia resistir.

BN- Yunes era o homem ideal para esse atentado, né?

Gumercindo- Claro. Quantas vezes isso não foi discutido em rodadas de uísque, lá entre eles? "E aí, vai deixar barato? Como é que vai resolver esse negócio?". Criaram na cabeça do cara a vontade de fazer isso. "Pô, fulano de tal pode te acompanhar", "Eu conheço um cabra que é bom". Essa coisa de criar o clima, oferecer respaldo: "Vai lá e faz".

Quando acontecesse, os fazendeiros diriam: "Não temos nada com isso, é coisa pessoal". E cara podia alegar: "Que nada, foi coisa de política". Porque o que eles pensaram foi exatamente que eu ia ser seqüestrado, assassinado, e que eles não iam ser apanhados. Aí ficava uma grande interrogação. Se tivessem me levado, o crime nunca seria esclarecido.

BN- E o policial que funcionou como pistoleiro no atentado, está preso?

Gumercindo- Está, mas já foi visto passeando pelas ruas de Rio Branco depois de estar preso. O madeireiro Camilo Yunes está até hoje internado na Santa Casa de Rio Branco, em "estado de choque".

BN- Até hoje? Que cara sensível!

Gumercindo- Não é? E aí tem outra coisa que precisa ser discutida, que é a ética médica. Porque o médico que interna um assassino- porque ele é um assassino, o fato de eu não ter morrido é puro acaso- nessas condições, é conivente com a impunidade.

BN- Mas há quem defenda a tese de que a repercussão do assassinato de Chico Mendes teria inibido a ação violenta mais escancarada dos fazendeiros.

Gumercindo- Não, isso não é real. Se fosse assim, nós não teríamos Macedo (Antônio Batista Macedo, coordenador do Conselho Nacional dos Seringueiros em Cruzeiro do Sul-AC) sofrendo dois atentados no mês de setembro- um deles uma semana antes do atentado contra mim, o outro alguns dias depois. Pedro Ramos, que é vice-presidente do Conselho Nacional de Seringueiros, sofreu um atentado em julho, em Macapá. Osmarino (Osmarino Amâncio, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília- AC) está cada vez mais marcado para morrer, Raimundão (Raimundo Barros, líder seringueiro de Xapuri-AC) também. As principais lideranças do movimento fazem parte de uma lista de marcados para morrer. Os caras só estão esperando o melhor momento.

Nos últimos anos houve uma certa diminuição nos números absolutos dos assassinatos, mas eles se tornaram muito mais seletivos, estão matando as

lideranças. Quer dizer, em vez de matar 200 por ano, matam 150. O prejuízo para o movimento é enorme, uma liderança você leva de dez a 15 anos para formar.

BN- O que vocês, o movimento, têm feito para se defender?

Gumercindo- É muito difícil a gente fazer alguma coisa, até pela situação que a gente vive lá. É difícil a gente andar com dois ou três companheiros fazendo segurança, porque falta estrutura, recursos financeiros, condições de manter isso. Se eu faço uma viagem de Xapuri a Rio Branco sozinho, custa Cr\$ 5 mil, se vou com dois companheiros, já vai custar Cr\$ 15 mil... O custo é muito alto, mesmo que haja companheiros dispostos a andar sempre com a gente, eles precisam ter como se sustentar. Não dá para a gente manter isso. Já foi tentado com Osmarino, nos momentos mais difíceis, mas só dá pra segurar por um pequeníssimo espaço de tempo.

BN- Você está em São Paulo por motivos médicos ou por uma questão de segurança?

Gumercindo- A decisão de vir para cá não foi minha, foi dos companheiros. Mas teve esses dois componentes. Lá seria muito mais arriscado eu ficar, exigiria dos companheiros uma vigilância muito maior. E também tinha a intenção de conseguir o melhor atendimento possível.

BN- Você vai voltar para Rio Branco?

Gumercindo- Claro. Assim que eu tirar esse aparelho da boca. A previsão é meados de novembro. Mas existem ameaças. Telefonaram para o Conselho Nacional de Seringueiros, em Rio Branco, e deixaram um recado: "Se voltar, é um homem morto". Mas vou voltar pra lá até porque é importante na luta contra a impunidade. Além do trabalho todo que nós temos para fazer- temos muito trabalho e somos poucos- tem essa questão.

BN- Você estava dizendo que há fatos ligados ao assassinato de Chico Mendes que nunca foram apurados. Que fatos?

Gumercindo- Por exemplo, o possível envolvimento do então superintendente da Polícia Federal, Mauro Spósito, que hoje é chefe de gabinete de Romeu Tuma, em Brasília. Embora se tenha denunciado isso, na época, apresentado indícios e evidências de, no mínimo, omissão- se não conivência, nada foi apurado.

Quer dizer, a impunidade existente na Amazônia é extremamente danosa para os trabalhadores. O apa-

relho de Estado está permanentemente misturado com os fazendeiros, com madeireiros, com as grandes mineradoras. Muitas vezes os juízes são ligados às famílias tradicionais- veja que recentemente a juíza de Marabá abandonou a cidade porque o namorado dela é acusado de várias chacinas de trabalhadores na região. É tudo misturado. Quase sempre é a polícia que fornece os pistoleiros que executam os crimes contra os trabalhadores rurais na região.

BN- Toda essa atenção internacional voltada para a Amazônia- ainda mais agora, com toda a agitação em torno da Eco-92, com toda a repercussão da luta de vocês, nada disso inibe a violência?

Gumercindo- A opinião pública internacional tem, sem dúvida, influenciado no apoio à proposta geral dos seringueiros, a reserva extrativista, desenvolvimento auto-sustentado. Quanto à diminuição da violência, a gente já tem provas suficientes para afirmar que isso não tem influenciado absolutamente nada. Porque a conta que os madeireiros, que os fazendeiros fazem quando matam ou mandam matar lideranças é simples. No caso de Chico Mendes, por exemplo, eles trocaram Chico, que valia por mil, por Darly e Darcy (autor e "mandante imediato" do crime), que valem no máximo por eles mesmos. Essa troca para eles foi altamente benéfica. Para o movimento, cada perda é extremamente danosa. Por mais que um crime tenha repercussão, eles sabem que o aparato do Estado é tão incompetente, ou tão conivente- acho que muito mais conivente que incompetente- que fica por isso mesmo.

A não apuração até às últimas consequências do assassinato de Chico, a soltura do mandante do assassinato de Expedito Ribeiro, em Rio Maria (PA), a justiça que solta pistoleiros. Essa salada de grandes interesses, a justiça conivente, essas coisas não acabam enquanto não houver uma pressão muito mais forte a nível de Brasil e a nível internacional, contando com o apoio da Anistia Internacional, dos ecologistas, das entidades de Direitos Humanos.

Se a gente não redescobrir nossa capacidade de indignação, não tem jeito de sair do buraco que a gente está. É preciso que o brasileiro volte a se indignar quando menores são assassinados por grupos de extermínio, quando a corrupção toma conta de um governo como o que está aí. Se o povo ficar só olhando embasbacado, sem saber que rumo tomar- e aí é super importante que o PT tenha capacidade de dar uma direção, canalizar essa indignação, ter uma proposta para esse país.

Prêmio Nobel para a luta pela terra

A Comissão Pastoral da Terra-CPT- e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra- MST- estão entre os ganhadores do Prêmio Nobel Alternativo de 1991. O Prêmio é concedido pela Right Livelihood Awards Foundation, com sede em Estocolmo, Suécia, a pessoas e entidades que se destacam na defesa dos socialmente excluídos. Parabéns à CPT e ao MST pelo reconhecimento internacional de sua atuação em defesa da reforma agrária e de um Brasil mais justo.

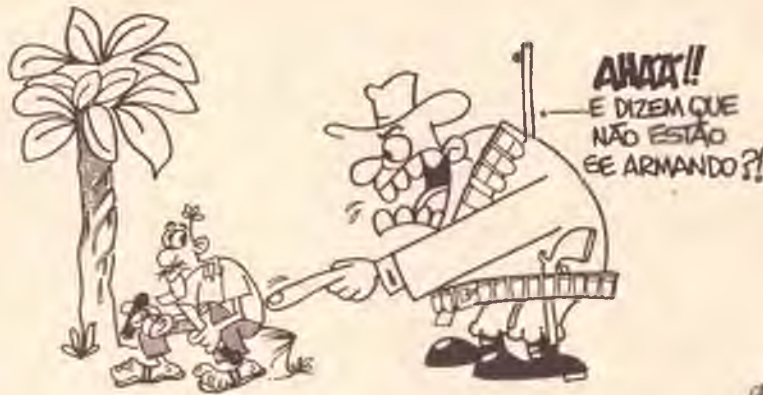
Violência em Rondônia

Sessenta famílias de sem-terras foram expulsas da Fazenda Norte, município de Pimenta Bueno(RO), pela Polícia Militar do Estado. O despejo aconteceu no dia 15 de outubro. Na ação policial houve prisões e violência contra os trabalhadores, que desde então estão acampados em frente à igreja de Pimenta Bueno, aguardando uma solução do INCRA. As famílias estavam na fazenda desde agosto e já tinham preparado 20 alqueires de terra para plantar.

Justiça para Francimar

O trabalhador rural Francimar Alexandre Batista Mota, militante do Movimento dos Sem Terra, está preso desde julho, por ordem do Juiz de Direito de Santa Luzia, Maranhão. Francimar é acusado do homicídio de um fazendeiro da região, foi preso ilegalmente e violentamente torturado na Secretaria de Segurança Pública do Estado. Passados 90 dias da prisão, ele ainda aguarda julgamento- apesar do prazo de 81 exigido por lei. Diversas entidades estão mobilizadas para pressionar a justiça a conceder *habeas corpus* ao trabalhador e pedem que sejam enviados telegramas ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, Av D. Pedro II s/n, CEP 65010, São Luís-MA.

Marabá: Farsa e prisões ilegais



Após três meses de prisão ilegal, os sete trabalhadores rurais sem-terra de Marabá(PA) presos em 17 de junho pela Polícia Federal foram libertados por força de um *habeas corpus* concedido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará. No mesmo dia em que os trabalhadores rurais foram soltos, também foi libertado o fazendeiro Jerônimo Alves de Amorim, acusado de mandar matar o presidente do STR de Rio Maria, Expedito Ribeiro, assassinado em dois de fevereiro de 91.

Os sete sem-terras foram presos durante uma reunião. O episódio ganhou repercussão nacional após o diretor do Departamento de Polícia Federal, Romeu Tuma, ter afirmado e, posteriormente desmentido, que os presos haviam feito treinamento de

guerrilha em Cuba e o deputado e latifundiário paraense Vavá Mutran ter afirmado falsamente que com eles havia sido apreendida grande quantidade de armas.

A coincidência da libertação dos trabalhadores no mesmo dia em que foi solto o fazendeiro acusado de mandante da morte de Expedito Ribeiro- além das afinidades políticas e os laços de parentesco entre os responsáveis pela manutenção das prisões e os fazendeiros da região- leva a crer que toda essa farsa foi montada para justificar exatamente a soltura do fazendeiro. "É inaceitável que trabalhadores inocentes sejam mantidos presos apenas para justificar a libertação de um assassino", diz a Secretaria Agrária Nacional do PT em nota oficial sobre o episódio.

Os advogados dos trabalhadores rurais entraram com representações judiciais e administrativas contra o delegado de Polícia Federal, Neder Duarte, e o agente Everaldo Mendes de Souza, autores da prisão declarada ilegal pela justiça. Prisões ilegais como as de Marabá se multiplicam em todo o país. A Secretaria Agrária Nacional do PT reforça a necessidade de todas as instâncias partidárias se empenharem nas denúncias contra este tipo de arbitrariedade. A Direção Nacional do Movimento dos Sem Terra- MST- considerou fundamental para a libertação dos trabalhadores de Marabá as manifestações de todas as entidades, parlamentares, sindicatos, partidos políticos, Igrejas e personalidades que se empenharam na denúncia das prisões ilegais.

Fazendeiros se armam contra sem-terras do Paraná

Quando a Polícia Federal do Paraná prendeu em flagrante os irmãos Jonas e José Carlos Sanches, proprietários da empresa Guaranty, de Londrina(PR), revelou muito mais que um caso isolado de contrabando de armas e munição. O que veio à tona, na verdade, foi a autêntica "corrida armamentista" entre fazendeiros do Norte do Paraná, ávidos clientes do comércio ilegal de submetralhadoras UZI e escopetas calibre 12-privativas das Forças Armadas.

O alvo deste arsenal são os trabalhadores rurais sem-terra, como denunciou o deputado federal petista Edésio Passos(PR) Junto com os proprietários da Guaranty- que vinha servindo de fachada para o contrabando de armas- foram presos o fazendeiro e empresário Renato Martin Ferrari, de Ibaiti(PR) e dois segurancas, Nilton de Aragão e Cassimiro Almeida Renovato. Os cinco pagaram fiança e já estão soltos.

O presidente da UDR do Norte Pioneiro, no Paraná, Orlando Patrial, confirmou ao "Jornal de Londrina" que "todos os fazendeiros se armam e dão armas para seus jagunços", e

que "se o Executivo não cumprir as determinações judiciais de reintegração de posse das propriedades invadidas, haverá conflitos entre fazendeiros e os invasores". O mesmo "Jornal de Londrina" noticia que a "possibilidade de confrontos armados entre invasores sem-terra e proprietários rurais, caso continuem ocorrendo ocupações de fazendas no Paraná, tem sido levantada nas últimas manifestações de lideranças ruralistas".

"Na marra"

Em matéria na "Folha de Londrina" o jornalista Ednelson Alves informa que em Ibaiti, a quatro quilômetros da Fazenda Santa Laura, ocupada por 100 famílias, "estão acampados jagunços vindos até de outros estados. Diz ainda o jornalista que "alguns fazendeiros dali não escondem estarem gastando mais dinheiro com armas e munição do que com adubos". E conclui: "O resultado será óbvio: muitos mortos".

Este quadro da região Norte do Paraná é o mesmo da região Oeste, onde, em notícia do jornal "Folha de

Londrina", o advogado Osório Alberto Carazai afirma: "Os proprietários estão se preparando para formar seu *exercitozinho*. Os fazendeiros estão dispostos a cumprirem eles próprios, na marra, a ordem de reintegração de posse", tendo ofertado à Polícia Militar em Cascavel "recursos materiais, veículos e até homens para a ação". E completa: "A coisa é séria, e pode haver grande derramamento de sangue".

O deputado federal Edésio Passos(PT-PR) apresentou denúncia ao ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, sobre a ação dos grupos armados que ameaçam trabalhadores rurais no Paraná.

A bancada federal do PT e a Secretaria Agrária Nacional estão acompanhando a situação no estado. Além de uma audiência solicitada pelo Diretório Regional do PT e pela bancada estadual com o governador Roberto Requião, o partido está articulando uma visita da CPI da Violência no Campo da Câmara Federal à região. O núcleo agrário da bancada está preparando um dossiê para subsidiar os trabalhos da CPI.

BALANCETES DE AGOSTO E SETEMBRO

A Secretaria Nacional de Finanças apresenta abaixo quadro das despesas e receitas do DN nos meses de agosto e setembro de 1991.

DESPESAS	AGOSTO	SETEMBRO	RECEITAS	AGOSTO	SETEMBRO
1. Pessoal	15.184.001,32	6.599.385,05	1. Repasses DRs	5.167.850,93	11.525.116,97
2. Prest.serviços	11.100.464,55	5.621.698,38	2. Repasses dos parlamentares	33.748.577,61	9.446.093,00
3. Manut.sede	3.660.420,57	3.234.352,09	3. Repasses dos gabinetes	14.008.999,14	1.397.183,03
4. Transporte	6.173.298,00	2.370.429,68	4. Receitas bancárias	413.808,24	-----
5. Alim. e hosp.	1.749.188,00	1.776.480,00	5. 1º Congresso	2.957.100,00	1.024.971,07
6. Desp.fiscais	216.171,92	502,00	6. Mat.gráfico	324.540,00	-----
7. Equipamentos	352.624,85	281.600,00	7. Ressar.desp.	-----	179.428,02
8. 1º Congresso	5.562.747,79	2.718.007,69	8. Fundo partidário	-----	2.923.625,45
9. BN	-----	70.000,00	9. Outras	587.100,00	4.915.000,00
10. Programa TV	4.000.000,00	4.000.000,00	TOTAL	57.207.975,92	31.411.417,54
11. Outras	8.793.597,04	9.019.648,00			
TOTAL	56.792.514,04	35.692.102,89			

Formação Política Petista

Para travar a disputa de hegemonia na sociedade o PT precisa dar **prioridade** ao trabalho de formação política. É preciso conhecer a realidade para transformá-la. Se queremos mudar o Brasil, a partir de um projeto alternativo, se queremos apontar com clareza que tipo de socialismo queremos construir, se precisamos nos capacitar mais para enfrentar os novos e cada vez mais complexos desafios colocados para a nossa ação no plano da luta social e da institucionalidade, a formação política precisa permear o conjunto da vida partidária e os instrumentos de ação do PT junto à sociedade.

A formação política é também a garantia daquilo que deve ser o substantivo da democracia interna do nosso Partido: a possibilidade de que o conjunto da militância participe ativamente de um processo de elaboração política coletiva e tenha vez e voz na tomada de decisões sobre as ações do PT em todos os níveis.

A metodologia da formação política petista vem se construindo a partir de algumas convicções:

1) A formação política deve ser uma prática **permanente**; precisa vitalizar o conjunto da atividade político-organizativa do Partido, fazendo das atividades formalizadas de cursos e seminários um momento importante de reflexão e elaboração sobre a prática que só terá eficácia verdadeira na medida em que capacite os militantes para uma ação político-educativa e ca-

paz de tornar o PT, de fato, um **partido educador** na disputa de hegemonia na sociedade.

2) Consideramos a prática social como um ponto de partida e de chegada do processo de conhecimento. A prática formativa precisa propiciar a apropriação do conhecimento universal acumulado, possibilitar o desenvolvimento dos instrumentos de crítica a esse conhecimento, e sobretudo, capacitarmos a produção de novos conhecimentos capazes de assegurar uma ação transformadora sobre a realidade.

3) A metodologia da formação precisa tomar como base a pluralidade de visões e interpretações existentes no nosso Partido e na sociedade, e fazer do **debate, da dúvida e da polêmica**, uma estratégia sempre presente nas atividades formativas.

4) É preciso incorporar no trabalho formativo o conjunto das dimensões que constituem a vida humana e social, trazendo para o interior das suas atividades aspectos tais como: a ética, a vida afetiva, a vida cotidiana, os valores culturais e a história do nosso povo, além dos aspectos políticos e ideológicos.

É a partir dessa concepção geral e da compreensão de que a estruturação do trabalho de formação requer uma multiplicidade de instrumentos, diversidade de programas e de relações de convênios com entidades de formação e pesquisa, que estamos propondo a construção de um **sistema nacio-**

nal de formação petista que poderá incluir, entre outros meios, a criação de uma Escola Nacional do Partido.

A viabilização do Sistema Nacional de Formação exige que o 1º Congresso discuta medidas práticas e efetivas, que devem incluir, uma porcentagem obrigatória no orçamento partidário destinada a formação política e alocação de quadros com responsabilidade prioritária de organizar o trabalho de formação.

Além destas medidas de caráter organizativo e para que elas possam adquirir sentido real, é preciso que o 1º Congresso reconheça alguns desafios de grande envergadura para a formação política:

1) A importância de fazer da ação partidária de formação um espaço de diálogo com a sociedade (o que deve começar, desde já, nos debates preparatórios ao 1º Congresso).

2) Investir grandes recursos humanos e materiais na pesquisa da realidade, em seus diversos aspectos.

3) Integrar as atividades de formação, organização e comunicação, colaborando para que todas as ações do Partido sejam pensadas do ponto de vista educativo e possam atingir milhares de pessoas.

4) Integrar a intelectualidade partidária no trabalho de formação, assim como, conclamar as diversas tendências internas a um

esforço unitário de fortalecimento das instâncias e programas de formação do PT.

5) Aliar a capacitação política à capacitação técnica, colaborando na superação do divórcio que existe hoje, especialmente entre aqueles que ocupam postos no plano institucional, entre os que possuem o preparo técnico e aqueles que possuem apenas uma formação política geral.

6) Rever e aprimorar a política adotada até aqui de envio de militantes para fazer cursos no Exterior. Para isso é preciso diversificar e ampliar os convênios atualmente existentes. É necessário garantir, através do fortalecimento do sistema de formação política, dos critérios de seleção e de preparação dos companheiros, que cada vez mais os militantes a serem enviados, possam manter uma relação de real intercâmbio e debate de experiências e concepções, com a firmeza e humildade daqueles que tem o que aprender e o que ensinar. Em suma é preciso assegurar que de fato, o envio de militantes ao exterior e um possível convite que o PT faça para que companheiros de outros países venham participar de nossas atividades formativas, se constitua numa ação solidária entre todos aqueles partidos e organizações que lutam pela libertação dos povos em todo o mundo.

Pedro Pontual
Membro do Coletivo Nacional de Formação Política

Quércia e Collor: padrinhos da Força Sindical

O PT continua de olho nas nebulosas transações financeiras entre o governo Collor e a Força Sindical. Depois do deputado José Dirceu- que requereu informações sobre o repasse de verbas de órgãos ministeriais para a central de Luiz Antônio Medeiros (BN 57/ 58)- agora é o deputado estadual Luiz Azevedo (SP) que quer desvendar os financiamentos irregulares que o "sindicalismo de negócios" obteve do governo de São Paulo na gestão Orestes Quércia.

O deputado Luiz Azevedo entrou com representação junto à Procuradoria de Justiça do Estado de São Paulo contra Luiz Antonio de Medeiros, presidente da Força Sindical, contra o ex-

governador- e atual presidente nacional do PMDB- e contra Joaquim Beviláqua, ex-secretário do Trabalho e Promoção Social do estado, todos envolvidos em uma maracutaia de mais de Cr\$ 32 milhões- em valores de hoje- favorecendo a central de Medeiros.

A negociata foi firmada através de convênio firmado entre o governo de São Paulo e o IBES- Instituto Brasileiro de Estudos Sindicais, presidido por Medeiros- **multipresidente** do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, da Confederação Nacional dos Metalúrgicos e da "central de resultados". O convênio tinha o objetivo de financiar seminários e cursos de forma-

ção e capacitação de dirigentes sindicais e foi orçado, em setembro de 90, em Cr\$ 8,34 milhões, com validade de quatro meses. Ficou acertado que o IBES prestaria contas de tudo 30 dias após o final deste prazo. Acontece que Medeiros até hoje prestou contas de apenas Cr\$ 4.254.621,92, ainda assim de forma irregular.

...Mas o rabo ficou de fora

A história tem cheiro de maracutaia: não há qualquer relatório das "atividades" realizadas no "curso de formação". Nem relação de participantes, nem resultados. E a própria Secretaria do Trabalho de São Paulo só passou a cobrar do IBES a prestação de contas depois que o

deputado Luiz Azevedo enviou um requerimento de informações. As notas apresentadas na prestação de contas parcial (de Cr\$ 4.254.621,92) foram emitidas com o endereço do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, embora o IBES funcione em outro endereço, no bairro do Paraíso, na capital paulista. Além disso, uma das notas fiscais apresentada tem data anterior à autorização de Quércia para o convênio e outra é de um pagamento à vista feito no mesmo dia da assinatura do convênio.

Não é preciso muita imaginação para desconfiar que esse dinheiro pode ter sido usado em tudo, menos em "curso de formação sindical".

Seminário debate desenvolvimento latino americano

Na Costa Rica, entre os dias 9 e 13 de setembro, teve lugar este Seminário, organizado pelo "Centro de Estudos Democráticos da América Latina" (CEDAL), e Fundação Friedrich Elbert e o Partido Liberación Nacional (PLN) de Costa Rica.

Participaram partidos democráticos, progressistas e socialistas, de 12 países da América Latina e o Caribe que, ao longo dos cinco dias debateram em torno das dimensões políticas, econômicas e sócio-culturais da integração. A análise de casos (acordos México-Canadá-Estados Unidos, o Mercosul, o Caricom e o Mercado Comum Centroamericano), assim como a iniciativa Bush para as Américas e o papel das organizações populares no processo de integração, foram parte central da agenda de debates.

Discutiram-se os múltiplos desafios que enfrenta a América Latina: busca de novos mecanismos de inserção na economia mundial, preservando a capacidade de desenvolvimento autônomo; encon-

trar soluções ao atraso tecnológico e científico; avançar nos processos de integração regional; melhorar as margens de negociação global com os países industrializados e organismos financeiros internacionais; e, talvez o mais importante de todos, consolidar os processos democráticos, superando o empobrecimento de nossos povos e a exclusão de grandes setores da população.

Pelo Brasil participaram o PDT e o PT, que esteve representado pela companheira Nani, assessora da Secretaria de Relações Internacionais.

Encontros como estes, ainda que dificilmente conseguem sair da fase de diagnóstico para a elaboração de propostas comuns, deixam como saldo positivo o intercâmbio de experiências e o conhecimento de realidades distintas.

Os documentos e contribuições específicas, que foram distribuídas durante o Seminário, encontram-se à disposição na Secretaria de Relações Internacionais do Diretório Nacional.

Mulheres têm Rede Latinoamericana



A Rede leva solidariedade a Erundina

Feministas representantes de 20 partidos políticos progressistas e de esquerda da América Latina e Caribe estiveram reunidas em São Paulo no Seminário "Feminismo, Poder e Práticas Políticas", realizado nos dias 27, 28 e 29 de setembro. O objetivo do encontro era estabelecer um maior intercâmbio entre mulheres ocupantes de cargos eletivos na institucionalidade, cargos ditos "masculinos". Após um período de troca de experiências através de correspondência, o seminário marcou a constituição da Rede Latinoamericana e do Caribe e foi um momento privile-

giado de reflexão sobre a crise latinoamericana, sobre o feminismo, poder e práticas políticas e sobre os Direitos Humanos, que também são direitos da mulher.

As participantes do seminário concluíram pela necessidade de estreitar os laços entre as feministas militantes em partidos políticos, o debate de projetos políticos e políticas públicas, a realização de campanhas conjuntas, na busca de novos caminhos para as mulheres da América Latina e formação de uma nova consciência, radicalizando as fronteiras da cidadania.

PT busca integração das esquerdas latinoamericanas

O presidente nacional do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, vem cumprindo uma intensa agenda internacional nos últimos meses, concentrando sua atividade na América Latina.

Cuba, Chile e Nicarágua foram os três países visitados mais recentemente, em companhia do secretário de Relações Internacionais, Marco Aurélio Garcia.

Em princípios de junho, Lula participou do Segundo Encontro de Partidos

Sandinistas em novo tempo

O I Congresso da Frente Sandinista de Libertação Nacional, dedicado ao comandante Carlos Nunez Tellez, foi um importante momento na trajetória deste movimento que dirigiu um dos mais significativos movimentos revolucionários da história latinoamericana e governou por dez anos a Nicarágua.

No centro do debate, três questões fundamentais: o balanço da experiência de governo da Frente Sandinista - em especial, uma análise das causas da derrota eleitoral de fevereiro de 1990; a nova situação política da Nicarágua, criada a partir da formação do governo de Violeta Chamorro, e a organização e a direção da Frente Sandinista.

Num balanço apresentado por Daniel Ortega, em nome da direção da FSLN, foram reconstituídas as difíceis condições nas quais se desenvolveu a experiência de governo revolucionário na Nicarágua, sob intenso cerco da contra-revolução apoiada pelos Estados Unidos. Mas este balanço

nada tem de autocomplacente. A FSLN se debruça sobre seus erros, sobretudo quando assume a responsabilidade de haver subestimado a base social que os "contra" conseguiram estabelecer, particularmente entre o campesinato, como consequência da política equivocada do governo.

Ortega vai mais longe quando afirma que, "na medida em que se incrementa a guerra, mas também como consequência dos estilos característicos de partidos únicos, foi-se limitando o espaço político e econômico concedido à burguesia e setores médios altos, ainda que estes espaços nunca se tenham fechado totalmente". A avaliação da direção Sandinista ressalta, porém, que o pluralismo foi uma das marcas do governo revolucionário, chamando a atenção para o fato de, durante sua vigência, terem se organizado 24 partidos. A oposição teve condições de disputar e vencer as eleições presidenciais.

O tom autocrítico dominou igualmente a avaliação partidária. Ortega afirmou que "depois da derrota eleitoral apareceram contradições no interior da nossa organização, quando se questionou o autoritarismo, os métodos burocráticos de direção, o sectarismo, os estilos de vida contrastantes com a situação do país, as condutas prepotentes e os abusos do poder, entre outros erros e debilidades".

Já no primeiro dia, o Congresso foi agitado pela questão dos procedimentos de eleição da nova direção, que deveria ocorrer no final do evento. A posição vencedora, defendida pelos dirigentes históricos da Frente, mas questionada por muitos delegados, sobretudo de Manágua, é de que a nova direção deveria ser escolhida a partir de uma chapa completa e não nome por nome. Observadores da política nicaraguense admitam que este segundo procedimento poderia ensejar o afastamento de alguns dos atuais comandantes que integram a direção nacional, ampliada para dez membros, permitindo o ingresso de nomes como o da comandante Dora, ex-ministra da Saúde sandinista. Na escolha da Assembléia Sandinista, organismo mais amplo de direção, por voto secreto e sem chapa, produziu-se uma considerável renovação.

O Congresso reafirmou em seu final a política que a frente vem adotando em relação ao governo de Violeta Chamorro. A FSLN tem-se revelado um partido de oposição que joga responsabilmente a carta da estabilidade democrática, sendo o principal fator de preservação das conquistas sociais e políticas da revolução de 1979.

Na sessão de encerramento, o comandante Humberto Ortega, ministro da Defesa do atual governo e reeleito para a direção Sandinista, renunciou a suas responsabilidades partidárias para se consagrar exclusivamente às tarefas do Estado.

Antes que seu irmão, Daniel, fizesse o discurso de encerramento, falou aos congressistas o atual ministro de Governo, Antonio Lacayo, considerado uma das personalidades mais importantes da equipe de Violeta Chamorro, que saudou o significado histórico do Congresso Sandinista.

Na véspera do encerramento do Congresso, os sandinistas festejaram mais um aniversário da revolução em um gigantesco ato de massas em Manágua, atestando a grande base popular que o partido possui no país. Lula esteve entre os oradores estrangeiros.

e Movimentos de Esquerda da América Latina, no México. Essas viagens foram a oportunidade não só de impulsionar as relações bilaterais do PT com inúmeros partidos latinoamericanos, como permitiram um maior aprofundamento da política de integração das esquerdas e forças democráticas do continente que se iniciou no ano passado, com o encontro de São Paulo, e que deve ter seguimento em 1992, com reuniões previstas para Lima e Caracas.

PT e PS Chileno estreitam relações

Entre cinco e oito de outubro, a convite do Partido Socialista Chileno, Lula visitou Santiago, tendo desenvolvido intensa programação nos quatro dias em que permaneceu naquele país.

A visita começou com uma homenagem à memória de Salvador Allende, no Cemitério Central. Lula e o secretário de relações Internacionais do PT depositaram flores no mausoléu para onde foram transferidos, no ano passado, os restos do ex-presidente.

A delegação petista visitou, em dois cárceres de Santiago, presas e presos políticos que ainda subsistem no Chile. Foi a ocasião de Lula expressar sua solidariedade para com aqueles que lutaram contra a ditadura de Pinochet, chamando a atenção para a necessidade de sua libertação imediata.

O presidente do PT falou aos militantes do tradicional Regional Centro do Partido Socialista e foi à cidade de Rancagua para debater com dirigentes da Juventude Socialista.

A delegação do PT foi recebida pela direção do Partido Socialista, presidido por Jorge Arrate, quando se definiram as bases de uma política de colaboração entre os dois partidos que deve desembocar brevemente na assinatura de um protocolo.

O presidente do PT debateu com intelectuais chilenos temas relacionados com o sindicalismo e a política brasileira, em reunião realizada no ILET, um centro de pesquisas em Santiago. Esteve também na CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina, organismo das Nações Unidas, onde foi recebido por seu diretor Gert Rosenthal, por membros do seu staff e, sobretudo, pelos economistas brasileiros que estão servindo na instituição.

Lula reuniu-se com a direção da CUT chilena, debatendo a situação econômica e social do país. Manteve conversações, igualmente, com Volodia Teitelboim e Jorge Inzunza, do PC Chileno, com dirigentes do Participación Democrática de Izquierda e com um grupo de sindicalistas que está articulando um movimento autônomo no país.

A delegação petista foi recebida pelo presidente do Chile, Patricio Alwin e, horas depois, homenageada pelos ministros socialistas no governo com um jantar no Palácio la Moneda.

A situação econômica do país foi o tema central de um café da manhã oferecido a Lula e Marco Aurélio Garcia pelo ministro da Economia, Carlos Ominami, ao qual estiveram presentes o senador Jaime Gazmuri e assessores. Acertou-se nesta oportunidade um intercâmbio de economistas do PT e do PS para aprofundar questões relacionadas com as alternativas de desenvolvimento para a América Latina.

A visita de Lula a Santiago obteve ampla cobertura de imprensa, com duas concorridas entrevistas coletivas que repercutiram em todo o noticiário de TV e rádio e ocuparam com destaque as páginas da imprensa nacional.

Lula em Cuba

Lula esteve em Cuba para participar das comemorações do 26 de Julho, aniversário do assalto ao quartel de Moncada. Em Havana, o presidente e o secretário de Relações Internacionais do PT mantiveram reuniões com a direção do PCC, onde foram debatidas questões de interesse recíproco dos dois partidos. Os responsáveis cubanos analisaram a difícil situação que enfrenta a economia cubana, expondo os passos que vêm sendo dados na atual conjuntura.

Lula e Marco Aurélio Garcia estiveram por cerca de quatro horas com Fidel Castro, após o ato comemorativo ao "26", este ano realizado em Matanzas.

A passagem da delegação do PT por Cuba ofereceu a ocasião para encontros com Daniel Ortega, poucos dias antes escolhido secretário-geral da Frente Sandinista, e com Nelson Mandela, que se encontrava em visita a Havana naqueles dias.